

Avaliação e aprimoramento de políticas públicas na área da saúde em Campinas – SP: aplicação do Adendo Scorecard Saúde

JOSÉ CARLOS FERREIRA JÚNIOR e ANDRÉ MUNHOZ DE ARGOLLO FERRÃO

Universidade Estadual de Campinas

jose.jr1@docente.unip.br, 0000-0002-1667-8460

argollo@fec.unicamp.br, 0000-0003-0687-3622

Resumo: Ação coordenada e sistêmica entre comunidades, entidades públicas e privadas e órgãos municipais resultam em Cidades Resilientes, com propósito de promover a Redução de Riscos de Desastres e a autoproteção, a partir de um direcionamento por ações determinadas e pontuais que levaram à criação de um modelo de análise conhecido como Scorecard. Porém, até então, o foco em Saúde Pública não tinha a abrangência necessária para ações pontuais. Com este propósito, foi criado o Adendo Scorecard Saúde a partir da perspectiva das cidades resilientes. A metodologia utilizada foi levantamento bibliográfico e análise documental. Os resultados foram organizados nas seguintes categorias: ações e discussões; setores envolvidos; profissionais e área de atuação. Para preenchimento do adendo, é necessário haver uma série de ações e discussões de abrangência regional, com envolvimento de setores e pessoas de diversas áreas de atuação, desde que ligados à saúde, sendo este o foco deste artigo.

Palavras-chave: Resiliência; Saúde Pública; Scorecard; MCR; Agenda2030

1 – Introdução

Segundo informações da Organização das Nações Unidas (ONU – 2012), Campinas é considerada uma cidade pioneira no quesito resiliência, fato este que foi corroborado após o preenchimento da planilha Scorecard, que sintetiza os 10 passos para se atingir a resiliência. Para chegar a esta posição, a cidade há muito se prepara de forma intensa, envolvendo vários setores da Prefeitura Municipal e da Sociedade Civil, abrangendo pessoas de várias Secretarias e determinados departamentos desta localidade. Com isso, por iniciativa do Departamento de Defesa Civil de Campinas, representado pelo Diretor Sr. Sidnei Furtado, a cidade candidatou-se a participar da aplicação de uma etapa posterior ao Scorecard, cujo foco é a questão da resiliência no setor de saúde pública, conhecido como Adendo Scorecard Saúde, fato este que ocorreu no dia 16/06/2021, com a participação da defesa Civil de Campinas, representantes dos órgãos e secretarias municipais envolvidas e o Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) UNICAMP.

O Adendo Scorecard Saúde foi elaborado pela *United Nations Office for Disaster Risk Reduction* (UNDRR) com o objetivo de oferecer uma avaliação concreta aos municípios que participam do programa Cidades Resilientes, com foco na área da Saúde e sua resiliência, seguindo o padrão de 10 princípios e perguntas listadas e explicadas no referido capítulo, sendo este uma ferramenta importante para monitorar e avaliar o progresso dos países na implementação das metas de saúde, podendo ser utilizada para informar políticas e programas e direcionar investimentos na referida área. É composto por uma série de indicadores que foram selecionados a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que permitem avaliar o desempenho dos países em áreas como mortalidade infantil, saúde materna, doenças infecciosas, doenças crônicas, saúde mental, cobertura de vacinação, acesso a serviços de saúde e financiamento da saúde.

2 – Referencial Teórico

Para compreender a abrangência do Adendo Scorecard Saúde, é interessante conhecer os principais programas que o alavancaram, os quais serão descritos a seguir, embora sem uma sequência cronológica, mas sim priorizando ressaltar sua interligação. Todos os itens são importantes para a consolidação das bases necessárias para o incremento da resiliência das cidades que se propõem a participar do programa.

Fatos que impactam diretamente na Saúde Pública são analisados de forma costumeira pelas Secretarias de Saúde dos Municípios. Entre as questões minuciosamente analisadas e salientadas pelo Adendo Scorecard de Saúde, estão a urbanização descontrolada, os desastres naturais, a distribuição de alimentos e remédios e a disponibilização de Hospitais, Centros de Saúde e profissionais das áreas envolvidas.

O intenso processo de urbanização que por que têm passado cidades do mundo todo gerou um aumento considerável do contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade. Alguns fatores podem ser destacados por acelerar esta situação, como a baixa oferta de empregos, uma prospecção imobiliária desigual e a disseminação de assentamentos urbanos precários, o que aumenta a probabilidade de riscos de desastres (Mello Garcias et al., 2019).

Para minimizar o efeito dos impactos sobre comunidades e seus territórios, devem-se incorporar aos processos de planejamento e gestão das cidades os conceitos de Resiliência e Redução dos Riscos de Desastres (RRD), que auxiliarão no desenvolvimento de ações e estratégias de autoproteção e preparação (Christensen et al., 2016).

Diretrizes da ONU (2010) salientam que o processo de gestão da resiliência deve ter como princípio fundamental a ação dos gestores municipais, pois estes são os intermediadores entre a população vulnerável e os setores governamentais envolvidos. Segundo Mello Garcias et al. (2019), citado por Ferreira Júnior (2021):

as medidas a serem tomadas não podem ser apenas baseadas na resposta após os desastres, mas sim a partir de um planejamento envolvendo a prevenção dos riscos, a preparação do território, a mitigação e a possibilidade da reconstrução das cidades sobre uma base conceitual ampliada com o próprio aprendizado que se obtém em situações críticas.

Ainda segundo o autor, tais ações devem contar com a participação da sociedade civil e dos setores municipais envolvidos.

Os processos organizacionais e os fatores ligados à tomada de decisões nos municípios “devem estar integrados com a Gestão de Riscos e Desastres (GRD), visando a prevenção dos impactos negativos que podem resultar de tais eventos”, segundo o Escritório da UNDRR e o CEPED – Paraná (2010), citado por Ferreira Junior (2021)).

A mitigação dos riscos de desastres constitui “ponto chave para orientar um bom planejamento urbano, desenvolvimento social e administração cotidiana das cidades” (CEPED Paraná, 2010).

As etapas de gestão de risco são norteadas por políticas públicas, realizando a prevenção, a identificação e os meios necessários para sua redução ou impedimento. A legislação, organizações sociais e a conscientização da população também constituem fator importante nessa cultura de prevenção.

2.1 – UNDRR

UNDRR (*United Nations Office for Disaster Risk Reduction*¹) é, segundo Ferreira Júnior (2019)

¹ UNDRR é originalmente a UNISDR, criada em 1999.

o ponto focal das Nações Unidas para a redução do risco de desastres. O UNDRR supervisiona a implementação do Quadro de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, apoiando os países na sua implementação, monitorando e compartilhando o que funciona na redução do risco existente, bem como na prevenção contra a criação de novos riscos.

A UNDRR tem um papel importante na disponibilização do Scorecard de Resiliência a Desastres para Cidades: Resiliência do Sistema de Saúde Pública, também conhecido como Adendo Scorecard Saúde, cujo foco principal é fortalecer e integrar, sob diferentes aspectos, a cobertura de questões relacionadas à saúde pública, anteriormente não priorizadas pelo Scorecard de Resiliência a Desastres original para Cidades (conhecido como Scorecard).

2.2 – Quadro de Sendai

O Quadro de Sendai foi adotado na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres, realizada em Sendai, Município de Miyagi, Japão, em 18 de março de 2015. Este resultou de um acordo entre as partes consultadas em março de 2011, e negociações governamentais que ocorreram de julho de 2014 a março de 2015 (Sendai, 2015).

A finalidade maior deste marco é garantir a continuidade dos trabalhos já iniciados pelos Estados membros da ONU, consolidando-os dentro de parâmetros que garantam as inovações requeridas. Ressalta-se a introdução da gestão de risco de desastres em oposição à gestão de desastres. Com isso, espera-se como resultado a prevenção contra novos riscos, reforçando a resiliência e incluindo princípios primários destes Estados.

A Redução de Riscos de Desastres é um investimento rentável, conforme nos mostra UNDRR International Cooperation (2021), pois a cada US\$ 1 investido em redução, podem ser economizados até US\$ 15 em recuperação, ao passo que cada US\$ 1 investido na prevenção de desastres de infraestrutura resiliente economiza US\$ 4, ao diminuir as interrupções e os impactos econômicos, evitando a reconstrução, valor este salientado pelo secretário geral da ONU António Guterres em artigo publicado no site das Nações Unidas³

2.3 – MCR30

A sigla MCR2030 significa Making Cities Resilient, com referência ao ano em que todas as ações devem estar executadas, ou em fase de execução. O termo resiliente, é definido como (The City Fix Brasil, canal de comunicação da World Resources Institute (WRI) “cidades capazes de recuperar e adaptar rapidamente ao enfrentar eventos adversos, sejam eles problemas sociais – desemprego, violência, – ou desastres naturais – furacões, tsunamis, inundações.”

No artigo publicado pelo Sebrae de Cuiabá – MT (2019), pontos importantes sobre cidades resilientes podem ser verificados, como a seguir:

- Uma cidade resiliente é um local onde os desastres são minimizados porque a população vive em residências e comunidades com serviços e infraestrutura seguindo padrões de segurança e códigos de construção.
- O Governo local atua e se preocupa com uma urbanização sustentável, investindo em recursos necessários ao desenvolvimento de capacidades para gestão e organização municipal antes, durante e após um evento adverso ou ameaça natural.

³ NAÇÕES UNIDAS. Diretório ONU News – Perspectiva Global de Reportagens Humanas.

Observatório da Cidade Resiliente [25 jun. 2021] Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1754862> - acesso em: 13 jul. 2022).

- Tecnologias de monitoramento são utilizadas para antecipar e mitigar os impactos dos desastres visando a proteção da infraestrutura, dos bens comunitários e individuais, incluindo as residências e bens materiais, o patrimônio cultural e ambiental, e o capital econômico.
- Na ocorrência de desastres as cidades resilientes, respondem rapidamente com estratégias imediatas para a reconstrução, restabelecendo os serviços básicos e retomando suas atividades sociais, institucionais e econômicas logo após um evento adverso.

Os benefícios que as cidades obtêm ao aderirem ao Programa Cidades Resilientes podem ser consultados no guia Como construir cidades mais resilientes da ONU (2012). São eles:

- Melhora significativa sob o aspecto confiança e legitimidade nas estruturas e autoridades políticas;
- Reduções drásticas de perdas humanas e materiais em ocorrência de desastres naturais;
- Ampliação dos investimentos em renovação e recuperação da infraestrutura local;
- Crescimento econômico e nos índices de investimentos promovidos por uma melhor governança das cidades;
- Desenvolvimento de ecossistemas mais equilibrados e com oferta de melhores serviços, como fornecimento de água e energia;

A iniciativa Agenda 2030 tem como objetivo fortalecer a resiliência e sustentabilidade local até 2030, através de compartilhamento de experiência e conhecimento entre as cidades, criando redes de conhecimento mútuas e firmando parcerias. Também é uma referência na qual as cidades podem buscar orientações para prevenção de catástrofes e redução de riscos.

2.4 – Gestão de Riscos de Desastres e o Programa Cidades Resilientes

Ferentz et al (2020), oferece uma definição sobre a necessidade de integração das práticas e políticas vigentes sob o aspecto de saúde pública:

A integração das políticas e práticas de Redução de Risco de Desastres (RRD) na saúde ainda não é algo plenamente reconhecido. Os esforços para integrar a saúde a esses programas são escassos e frequentemente ocultos nos resultados sociais, econômicos e ambientais ou limitados a referências a salvar vidas. Além do mais, problemas de recursos inadequados e coordenação entre autoridades locais, organizações, profissionais de saúde, disciplinas acadêmicas de saúde e comunidades afetadas antes e no momento da ocorrência de um desastre impedem uma RRD eficaz.

A Gestão de Riscos e Desastres tem o embasamento da Lei Federal 12.608 de 2012, também chamada de Política Nacional de Proteção e Defesa Civil⁴, que considera o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil⁵ e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil⁶. Tavanti e Spink (2014) acreditam que esse sistema “é uma proposta inovadora em relação às legislações anteriores, pois, ao incorporar uma concepção de redução de riscos de desastres, avança em vários aspectos”, considerando principalmente as necessárias articulações entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios, o que contribui para o incremento da resiliência das cidades sob vários aspectos.

Tais alertas reforçam a necessidade da participação da comunidade nos debates acerca dos desastres naturais, em consonância com os envolvidos no processo, com o foco na redução dessas vulnerabilidades e o crescimento da resiliência local. Vale ressaltar a importância de se conhecer de forma anterior os riscos a que esta comunidade está sujeita, a fim de realizar ações preparatórias em face ao desastre. Caso essas ações não sejam realizadas, as consequências são muito maiores.

⁴ Política Nacional de Proteção e Defesa Civil é também conhecida pela sigla PNPDEC

⁵ Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil é também conhecida pela sigla SINPDEC

⁶ Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil é também conhecida pela sigla CONPDEC

Necessitamos de etapas para a prevenção de riscos, sendo estas entendidas como “preventivas, podendo ser estruturais, como a utilização de técnicas de engenharia, ou não estruturais, como as intervenções para a redução da vulnerabilidade” (Vieira Marluci et al, 2020, p.133).

Ações de prevenção de desastres promovem a efetivação da resiliência. Mas o que se entende por resiliência? De fato, esta palavra vem sendo utilizada indiscriminadamente em diferentes contextos, porém, a UNDRR, citando a UNISDR (2009), adota uma definição para o seu campo de atuação:

A resiliência é definida como: “capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade expostos a riscos, de resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se dos efeitos de um perigo de maneira tempestiva e eficiente, através, por exemplo, da preservação e restauração de suas estruturas básicas e funções essenciais”.

Os modelos têm eficácia, apesar de agirem de formas diferentes sobre a gestão do desastre. Não há como indicar qual modelo utilizar. Isso depende de como estão estruturados todos os agentes responsáveis pela gestão, considerando sua integração e relacionamento com a comunidade atingida.

O artigo publicado pela EIRD apresenta de forma clara as definições de Risco de Desastre, Gestão de risco de desastre e Resiliência (EIRD, 2005).

Risco de Desastre é o potencial de ocorrência de ameaça de desastre em um cenário socioeconômico e ambiental vulnerável.

Gestão de risco de desastre compreende o planejamento, a coordenação e a execução de ações e medidas preventivas destinadas a reduzir os riscos de desastres e evitar a instalação de novos riscos.

Resiliência é a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a um desastre em resistir, absorver, adaptar e se recuperar de seus efeitos de modo oportuno e eficaz, o que inclui a preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas.

A preocupação com a redução dos riscos de desastres está presente desde o final da década de 1990, quando a ONU estabeleceu a Estratégia Internacional para Redução de Desastres, baseando-se em diversas reuniões e promovendo importantes acordos internacionais, conforme podemos verificar no livro Módulo de formação: noções básicas em proteção e defesa civil e em gestão de riscos: livro base (Brasil 2017, p. 32)

Diversos autores baseiam-se na definição adotada pela UNDRR para propor a própria compreensão do termo; assim, resiliência pode ser entendida, segundo Christensen et al., (2016) citado por Ferreira Júnior (2021)

capacidade de indivíduos, comunidades, instituições, empresas e sistemas dentro de uma cidade [...] sobreviver, se adaptar e crescer [...] rapidamente perante o impacto de qualquer tamanho ou crise e manter a continuidade dos seus serviços.

A resiliência de uma comunidade é definida como (*Toolkit*, 2020) “a capacidade da comunidade de resistir e se recuperar de tempos difíceis. Mesmo em caso de emergência generalizada, os moradores podem atender às suas necessidades básicas”.

E acrescentar a não menos importante definição declarada pela UNDRR (2021) sobre o tema que ressalta “A capacidade de um sistema ou comunidade exposto a riscos de resistir, absorver, acomodar, adaptar-se, transformar e recuperar dos efeitos de um perigo em tempo hábil e eficiente”.

Outra excelente definição de resiliência pode ser observada (Arbon et al, 2014, págs 12 e 13):

No mundo da psicologia individual, o termo “resiliência” é usado para descrever o traço que permite que uma pessoa se mova através de um desafio, adapte-se se necessário e retorne a um estado (relativamente) saudável. O termo está sendo aplicado a comunidades inteiras.

A resiliência comunitária é um processo de engajamento contínuo que constrói a preparação antes de um desastre e permite uma recuperação saudável depois. A pesquisa acadêmica está começando a entender as complexidades desse processo, muitas vezes usando estudos de longo prazo e medidas complexas.

A participação dos órgãos administrativos nas ações de resiliência, prevenção e recuperação é essencial, como podemos verificar na decisão nº 1313 de 2013 da União Europeia (2013), que diz:

É importante assegurar que os Estados-Membros tomem todas as medidas necessárias para prevenir de modo eficaz as catástrofes naturais e de origem humana e atenuar os seus efeitos. As disposições da presente decisão deverão reforçar a articulação entre as medidas de prevenção, preparação e resposta ao abrigo do Mecanismo da União. Deverá igualmente assegurar-se a coerência com outra legislação aplicável da União em matéria de prevenção e de gestão do risco de catástrofes, incluindo medidas transfronteiriças de prevenção e de resposta a ameaças, designadamente ameaças sanitárias transfronteiriças graves, conforme previstas na Decisão 1082/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho. Os programas de cooperação territorial ao abrigo da política de coesão preveem medidas específicas para ter em conta a resiliência às catástrofes e a prevenção e a gestão dos riscos e deverão ser envidados esforços adicionais a fim de reforçar a integração e as sinergias. Além disso, todas as medidas devem ser coerentes e contribuir ativamente para cumprir os compromissos internacionais, como o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, o Acordo de Paris no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Campinas foi considerada pelo Comitê de Coordenação Global da Iniciativa MCR2030 e Escritório da UNDRR como o Primeiro Centro de Resiliência no Brasil. O significado prático deste reconhecimento é que a cidade irá apoiar outros municípios na implantação e na prática da implementação de políticas de redução e desastres, fato esse ressaltado pelo Diretor da defesa Civil de Campinas Sidnei Furtado, que comentou que “O decreto materializa o compromisso da Prefeitura de Campinas com a Resiliência a Desastres e o compartilhamento das experiências da cidade com outros municípios” (Observatório da Cidade Resiliente – publicação de 31/01/2022).

2.5 – Resiliência e a Área da Saúde nos Municípios Brasileiros

Ferreira Junior (2021) destaca que

O tema saúde é muito polêmico dentro do conjunto dos direitos humanos, principalmente pela possibilidade de classificá-lo como um direito natural. Assim fazendo, deve-se assegurar a toda população e a todas as camadas sociais a igualdade e a melhoria contínua desse oferecimento. Isso requer um investimento em várias áreas da saúde, o que, em muitos países, é inviável ou desprezado.

Margaret Chan, diretora da OMS, por ocasião da abertura da Reunião Ministerial OMS / Banco Mundial sobre a Cobertura Universal de Saúde (CUS), em fevereiro de 2013, referiu-se à cobertura universal como “o conceito mais poderoso que a saúde pública tem a oferecer”, o que impulsionou a agenda atual do chamado Universal Health Coverage, conforme Castillo et al. (2017) citado por Ferreira Junior (2021).

É importante ressaltar o que foi discutido na Declaração de Toluca durante o encontro no evento *Declaración de Toluca para Habitat III América Latina Y El Caribe* (2016):

O Direito à Cidade é considerado em alguns países como um conceito norteador para que o meio em que as pessoas vivem tenha as condições necessárias para facilitar o exercício universal e efetivo de todos os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais. Quando esses direitos forem cumpridos e todos os atores assumirem o compromisso e a responsabilidade que lhes corresponde, a urbanização efetivamente gerará as oportunidades

de desenvolvimento que a humanidade buscou desde que começou a se concentrar nas aglomerações urbanas.

Há que se tomar ciência de alguns pontos importantes para a manutenção dos Direitos Humanos. Os processos de urbanização e desenvolvimento urbano devem caminhar uniformemente para assegurar a mútua sustentabilidade e a coevolução, com o intuito de se adaptar para melhorar as condições de vida de todas as pessoas, bem como salientar que este crescimento deve unir as três dimensões de sustentabilidade, promovendo o bem-estar, a equidade na distribuição dos bens e serviços públicos e a redução da exclusão e segregação da população menos privilegiada, conforme nos mostra Ferreira Junior (2021).

O Scorecard não aborda alguns aspectos da saúde pública, principalmente os que possuem relação a desastres. Diante deste fato, a UNDRR, com apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS), elaborou um adendo para minimizar o problema.

Citado por Ferreira Junior (2021) o programa Construindo Cidades Resilientes ressalta os objetivos essenciais para alcançar a meta de resiliência, dentre os quais destacam-se os seguintes (ONU, 2010):

- Apoio aos governos locais, aos grupos comunitários e seus líderes, todos envolvidos na gestão de risco.
- Envolver a administração local no tocante a medidas para reduzir a vulnerabilidade do espaço.
- Reduzir os riscos urbanos com a conscientização dos cidadãos e governos.
- Promover atividades de redução de riscos, considerando a necessidade de prever-se orçamento às entidades envolvidas.
- Criar sessões para participação da comunidade.

É importante analisar a habilidade dos envolvidos, bem como os planos e documentos existentes relacionados aos protocolos adequados para a gestão do risco em sistemas de saúde pública. Por outro lado, a ausência desses documentos representa uma lacuna crítica. Além disso, é essencial que dados sobre desastres anteriores, especialmente os relacionados à saúde pública, estejam acessíveis para análise.

2.6 – Scorecard

O Scorecard tem como objetivo principal avaliar a resiliência dos municípios que se comprometem a atender os objetivos do Acordo Global do Marco de Sendai, sendo este um indicador global.

A ferramenta foi desenvolvida pela ONU utilizando o editor MS Excel. Está dividida em planilhas com os 10 Princípios, ou Essenciais. Cada Princípio, por sua vez, apresenta perguntas pertinentes. Estas, uma vez respondidas, geram um gráfico que é apresentado ao final da planilha.

Para tanto, a UNDRR em parceria com várias organizações, desenvolveu indicadores para que as cidades conseguissem avaliar a sua capacidade em resiliência. Estes indicadores são baseados no documento Dez Passos Essenciais para Construir Cidades Resilientes, que se propôs a adaptar o Marco de Ação de Hyogo ao Marco de Sendai e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

OS objetivos principais da Ferramenta de Autoavaliação do Governo Local são (Como Construir Cidades Mais Resilientes Um Guia para Gestores Públicos Locais Uma contribuição à Campanha Global 2010 – 2015 Construindo Cidades Resilientes – Minha Cidade está se preparando, 2015):

- Ajudar os governos locais a se envolverem com os diferentes públicos de interesse para mapear e compreender as lacunas existentes e os desafios na redução de riscos de desastres na sua cidade ou localidade.
- Definir uma base de referência e desenvolver relatórios de status para as cidades e municípios que se comprometeram com a Campanha Construindo Cidades Resilientes e seus Dez Passos.
- Complementar informação coletada por meio do sistema de monitoramento do Marco de Ação Hyogo (HFA) fornecendo informações a nível local. As cidades podem escolher compartilhar seus resultados com os pontos focais nacionais do HFA como parte do processo de comunicação nacional.

2.7 – Adendo Scorecard Saúde

O Adendo Scorecard Saúde tem a mesma estrutura do Scorecard, baseando-se nos Dez Princípios Básicos para Construir Cidades Resilientes. O princípio 8, que foi a base para este estudo, ressalta de forma expressiva a cobertura de hospitais e distribuição de alimentos, o que muitos consideram uma ampliação ao princípio.

Estão elencados os 10 Princípios, também chamados de Essenciais, que compõem o Scorecard e o Adendo Scorecard Saúde, conforme pode ser visto em Avaliação de Nível Detalhado Resiliência a Catástrofes Ferramenta de Autoavaliação a Nível Local. Adendo Para Resiliência Do Sistema De Saúde Pública. Versão Consultiva 2.0 (UNDRR, abril de 2021)

- Princípio 1: Organizar para resiliência a desastres
- Princípio 2: Identificar, compreender e usar cenários de riscos atuais e futuros
- Princípio 3: Fortalecer a capacidade financeira para a resiliência
- Princípio 4: Buscar projeto e desenvolvimento urbano resiliente
- Princípio 5: Proteger as zonas naturais para melhorar as funções protetoras oferecidas pelos ecossistemas
- Princípio 6: Fortalecer a capacidade institucional para a resiliência
- Princípio 7: Compreender e fortalecer a capacidade social para resiliência
- Princípio 8: Aumentar a resiliência das infraestruturas
- Princípio 9: Garantir a preparação e a resposta eficaz aos desastres
- Princípio 10: Acelerar a recuperação e reconstruir melhor

O Adendo Scorecard Saúde, publicado e disponibilizado pela UNDRR com apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e parceiros, visa suplantar este vazio. Porém é importante ressaltar que este adendo deve ser utilizado em conjunto com o Scorecard e o as diretrizes da OMS Estrutura de Gestão de Risco de Desastres e Emergências de Saúde, também conhecidas como Health EDRM. Convém ressaltar que alguns aspectos eram obviamente incluídos no Princípio 8 do Scorecard, como capacidade de serviços hospitalares e questões relativas à segurança estrutural e não estrutural, porém não eram abordados pontos relacionados a desastres.

Os dados sobre desastres que afetam as populações mais vulneráveis e, conseqüentemente, a necessidade de auxílio da saúde pública, moradias, alimentação e transportes, são alarmantes. Mais de 1,5 bilhão de pessoas, desde 2005, foram afetadas por várias maneiras de desastres, atingindo principalmente mulheres, crianças e vulneráveis, sem contar as catástrofes que ocorreram devido a alterações climáticas (Sendai, 2015).

A necessidade deste adendo nasceu a partir da utilização da Ferramenta de Autoavaliação da Resiliência face a Catástrofes a Nível Local, conhecida como Scorecard. Nesta ferramenta, os problemas de saúde pública, e a consequência dos desastres que a afetavam, não eram analisados de forma satisfatória e profunda. Ressaltamos que havia, no princípio 8 do referido acordo, questões que abordavam este tema.

Esta lacuna foi suprimida com a divulgação, pela UNDRR, do Adendo Scorecard Saúde, analisando os impactos que os desastres possam causar nesta área. O Adendo Scorecard Saúde deve ser utilizado em conjunto com o Scorecard, que, por sua vez, deve ser respondido anteriormente ao da Saúde.

Os municípios brasileiros que já participam da campanha Cidades Resilientes utilizam o Scorecard Preliminar, o que lhes confere familiaridade com a metodologia. Este foi um motivo impulsionador para a utilização do Adendo Scorecard Saúde, mas mesmo havendo semelhança entre os dois, sua aplicação

Para preenchimento do Adendo Scorecard Saúde, disponibiliza-se um arquivo que contém os 10 Princípios e seus respectivos Adendos, separados em planilhas. Após o preenchimento dos dados solicitados, a planilha deve ser enviada ao endereço indicado no próprio documento.

3 – Resultados Obtidos e Discussão dos Resultados

Com a aplicação do Adendo Scorecard Saúde, foi gerada uma posição realista da cidade de Campinas com relação à Resiliência em Saúde Pública. Esta utilização permitiu que a cidade fosse o ponto central da Região Metropolitana e do Estado de São Paulo para a divulgação e treinamento das demais. Com isso, Campinas foi agraciada com o reconhecimento de ser o Primeiro Centro de Resiliência no Brasil, conforme podemos verificar na publicação Observatório da Cidade Resiliente (31/01/2022), fato este que gerou grande satisfação ao município e a seus participantes.

O título de cidade resiliente não é uma designação oficial, mas sim uma condição que uma cidade pode alcançar ao se tornar mais preparada e adaptada para enfrentar os desafios e riscos que afetam a cidade.

As cidades que se preparam para se tornar inteligentes devem ter, como princípio básico, a implantação do Scorecard Cidade, bem com atingir a maturidade e envolvimento dos órgãos Municipais, Civis e Defesa Civil para a efetivação do Adendo Scorecard Saúde.

4 – Referências

ARBON, Paul; GEBBIE, Kristine; CUSACK, Lynette; PERERA, Sugi; Verdonk, Sarah. Developing a model and tool to measure community disaster resilience. Australian Journal of Emergency Management I Volume 29, No. 4, out. 2014.

BAY LOCALIZE: Community Resilience Toolkit. A Workshop Guide for Community Resilience Planning – 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Prevenção e Preparação. Módulo de formação: noções básicas em proteção e defesa civil e em gestão de riscos: livro base / Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Departamento de Minimização de Desastres. - Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017. ISBN (978-85-68813-08-9) CDU 351.862:504.4(035)

CHRISTENSEN, E. V.; LEWIS, D.; Armesto, M. F. (org.) Guía de Resiliencia Urbana 2016. MEXICO. EUM. SEGOB. SEDATU. SNPC. Naciones Unidas, 2016.

Cidades Resilientes e Sustentáveis / Cuiabá, MT: Sebrae - 2019.60 ISBN: 978-85-7361-121-2

FERREIRA JÚNIOR, José Carlos, ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. Cidades Resilientes e a United Nations Office For Disaster Risk Reduction (UNDRR) – A Participação da Cidade de Campinas. Intellectus – Revista Acadêmica Digital. Volume 65 - Arquitetura e Urbanismo - Ciências Sociais Aplicadas. P. 20 a 32. Outubro /Dezembro 2021. Disponível em <http://revistaintellectus.com.br/artigos/76.929.pdf>. Acesso em Novembro/2021.

FERENTZ, Larissa, FONSECA, Murilo Noli da, PINHEIRO, Eduardo, Garcias, Carlos. A utilização de instrumentos globais para a avaliação da resiliência a desastres na saúde. Saúde Debate | Rio de Janeiro, V. 44, N. Especial 2, P. 115-131, Julho 2020

MCR 2030 – Construindo Cidades Resilientes. Disponível em <https://mcr2030.undrr.org/sites/default/files/2021-04/MCR2030%20in%20Portuguese%20ver.2%20%2820210323%29.pdf>

MELLO Garcias, C.; DA SILVA FERENTZ, L. M.; GOMES PINHEIRO, E. A Resiliência como Instrumento de Análise da Gestão Municipal de Riscos e Desastres. *Redes* v.24, n. 2, 2019. DOI 10.17058/redes.v24i2.13241. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=138168885&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ODS Brasil, 2021. Disponível em <https://odsbrasil.gov.br/>

ONU. Organização das Nações Unidas. Como Construir Cidades Mais Resilientes: Um Guia para Gestores Públicos Locais. Nações Unidas: Genebra, 2012.

_____. Construindo Cidades Resilientes: Minha cidade está se preparando. Tradução Sarah Marcela Chinchilla Cartagena. Florianópolis: Nações Unidas, 2010.

Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030, 2015.

TAVANTI, R. M., SPINK, M. J. Ações locais e prevenção: um estudo com adolescentes que vivem em áreas de risco socioambiental. *Ambiente & Sociedade*: São Paulo, v. 17, n. 4, 2014.

TOLUCA, Declaración de Toluca para habitat III América Latina y el Caribe. 18 - 20 abril, 2016.

UNDRR. Annual Report. 2019.

_____. Avaliação de Nível Detalhado Resiliência a Catástrofes Ferramenta de Auto-Avaliação a Nível Local. Abril 2020.

_____. Hazard Information Profiles UN Office for Disaster Risk Reduction Supplement to : UNDRR-ISC Hazard Definition & Classification Review - Technical Report, 2021

_____. UNDRR (2021) “International Cooperation in Disaster Risk Reduction”, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. 2021

_____. UNDRR STRATEGIC FRAMEWORK 2022-2025. 2022

UNDRR / ISC Sendai Hazard Definition and Classification Review. 2020.

UNISDR; CEPED Paraná. Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres. Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres do Paraná. Desenvolvimento de Capacidades para Tornar as Cidades mais Resilientes: Minha Cidade está se preparando. Nações Unidas. Defesa Civil, 2010.

VIEIRA Maluci Solange; ALVES, Roberta Borghetti. Interlocução das políticas públicas ante a gestão de riscos de desastres: a necessidade da intersetorialidade. *Saúde Debate* | Rio de Janeiro, V. 44, N. Especial 2, P. 132-144, Julho 2020. DOI: 10.1590/0103-11042020E209